



## Município com hidrelétrica terá compensação financeira maior

Roque de Sá/Agência Senado



Eunício, entre Cássio e Ferraço, comanda sessão plenária que aprovou texto que favorece mais de 700 municípios

Plenário do Senado aprovou ontem projeto que aumenta a parcela de recursos destinada às cidades pela utilização da água na geração de energia. Texto segue agora para sanção

**P**roposta aprovada ontem modifica a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos entre União, estados e municípios. Com as novas regras, a parte desses recursos destinada aos municípios que possuem usinas hidrelétricas cresce 20 pontos percentuais.

A legislação atual determina como percentuais de

distribuição da compensação: 45% para os estados, 45% para os municípios e 10% para a União. O texto diminui o repasse para os estados de 45% para 25%, transferindo a diferença para as cidades, que passam da faixa de 45% para 65%.

Essa compensação é repassada hoje, mensalmente, a 21 estados, ao Distrito Federal e a mais de 700 municípios. **3**

**Regulação de protesista volta para comissões **3****

**Rádio comunitária quer ficar sem taxa de direito autoral **6****

**Regras de saques do PIS/Pasep passam em colegiado **5****

**Vai para a Câmara novo cartão para material escolar **8****

**Debate aponta prazo maior para planos urbanos **7****

Gerardo Migeiro/Agência Senado



Relatora, Vanessa debate proposta com presidente da CAS, Marta Suplicy

### Projeto coíbe salários menores para negros e mulheres

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais prevê multas e cria um cadastro negativo, divulgado na internet, com

os nomes das empresas que pagarem salários menores a negros ou a mulheres. O texto deve seguir diretamente para a Câmara dos Deputados. **8**

### Comissão mista aprova venda direta de petróleo do pré-sal

Foi aprovado ontem em comissão mista o relatório da medida provisória que permite a venda direta por estatal de petróleo do pré-sal. O relator,

Fernando Bezerra Coelho, fez alterações no texto para evitar riscos de desabastecimento. A MP segue para análise da Câmara e depois do Senado. **3**



Relator da MP, Bezerra (E) discute com deputados alterações no texto original



**Encarte: educação é o tema do especial deste mês sobre os 30 anos da Constituição**

### Comissão vai checar condições de cumprimento da pena de Lula

O Plenário aprovou ontem a criação de comissão externa para verificar as condições da prisão do ex-presidente. A Comissão de Direitos Humanos também vai fazer diligência em Curitiba. O assunto mobilizou os senadores, entre discursos favoráveis e contrários ao petista. **7**

### Código deve conciliar interesse de empresa ao social, diz especialista

A reforma do Código Comercial acerta ao prever a função social ao lado da função econômica, disse ontem a professora de direito Ana Frazão. Ela

foi uma das participantes de audiência pública promovida pela comissão temporária que analisa o projeto de modernização do código, que é de 1850. **5**



O relator do projeto, Pedro Chaves (C), com Ana Frazão e Fernando Passos

### Vai à Câmara saque total do FGTS para quem pede demissão

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão final, um projeto que permite ao trabalhador sacar integralmente o FGTS, em caso de pedido de demissão. A proposta, de Rose de Freitas, segue para a Câmara dos Deputados. Hoje é permitido resgate de 80% do fundo na demissão com acordo. **8**

### Cota para deficiente deve ser estendida a cargos de chefia

Empresas com mais de 100 funcionários podem ter que estender para cargos de confiança, como chefias e coordenações, a cota para pessoas com deficiência.

O objetivo do autor do projeto, Romário, é assegurar maior possibilidade de progressão funcional aos deficientes. **4**

# Especialistas pedem marco sobre georreferenciamento

Participantes de seminário destacaram que informações geográficas são essenciais para a tomada de decisões sobre políticas públicas em áreas como agropecuária, defesa nacional e meio ambiente

O BRASIL PRECISA definir um marco regulatório moderno, claro e flexível para o georreferenciamento, afirmou Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem, na abertura de seminário sobre os desafios da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). O evento aconteceu ontem, por iniciativa do Interlegis/Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

— Atualmente temos famílias no campo sem produzir e sem acesso ao crédito porque não têm documento. São 70 mil famílias assentadas em Mato Grosso — criticou.

Para o senador, no entanto, já há normas, como a Lei 13.465, de 2017, que representam uma “verdadeira revolução, uma vez que 40% dos imóveis urbanos não possuem georreferenciamento”. A lei trata da regularização fundiária rural e urbana, da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e da regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, além de instituir mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

## Cadastro ambiental

Wellington relatou ter solicitado ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, que dê andamento ao PLS 733/2015, de autoria do próprio senador, que possibilita a inscrição de lotes individuais de assentamentos da reforma agrária no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

— É preciso definir quem



Wellington abre seminário sobre desafios regulatórios de dados espaciais

deve ser o regulador que possa lidar e se articular com a nova política de dados geoespaciais e que permita a precificação pelo mercado — defendeu.

Ele explicou a dificuldade de inscrição no cadastro rural quando o perímetro do assentamento não está devidamente registrado.

## Política estratégica

O diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, também defendeu que o Congresso crie legislação específica, que defina um marco regulatório exclusivo para a produção, sistematização e disseminação da geoinformação, por essa política ser estratégica para o desenvolvimento sustentável.

Na avaliação de Rebouças, o Decreto 6.666, de 2008, por ser de cunho “conceitual e administrativo”, não abrange situações relativas, por exemplo, a imóveis privados. Ele sugeriu que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possa ser a agência reguladora.

— Hoje dados e informações geográficas são essenciais

para a tomada de decisões de políticas públicas — assinalou.

Ele destacou que as informações geoespaciais atendem áreas diversas como defesa nacional, meio ambiente, logística e transporte, mobilidade urbana, segurança pública, entre outras. Também afirmou que o mercado privado do setor deve movimentar 15 bilhões de euros até 2023 e que o investimento em drones na agropecuária, usados para mapeamento do solo e da água, deve atingir US\$ 10 bilhões.

## Especialistas

Participaram do seminário especialistas e autoridades da área, como o presidente do IBGE, Roberto Olinto, o coordenador-geral do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais do Ibama, George Ferreira, o chefe-geral da Embrapa Territorial, Evaristo de Miranda, e o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), Cláudio Marçal Freire.

# Comissão aprova ajuda para Basílica da Natividade

A comissão mista da medida provisória que autoriza a União a doar ao Estado da Palestina R\$ 792 mil (cerca de US\$ 252,3 mil) para auxiliar a restauração da Basílica da Natividade aprovou ontem o relatório do senador Humberto Costa (PT-PE). O texto da MP 819/2018 segue agora para análise dos Plenários da Câmara e do Senado.

A basílica fica em Belém e resguarda, pela tradição cristã, o local de nascimento de Jesus. Desde 2012, figura na relação de patrimônios mundiais e na Lista dos Patrimônios em Perigo, ambas da Unesco, dado seu precário estado.

A ajuda brasileira vai custear a restauração equivalente a 4

das 50 colunas de pedra da nave da Basílica. De acordo com a MP, o dinheiro virá do orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

Antes da votação do relatório, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que é a favor de um estado laico. A doação, segundo ele, não financia qualquer religião, mas ajuda a salvar um patrimônio da humanidade. Por isso, governos de todo o mundo estão dando apoio.

— Não vejo razão para negar apoio a atividades culturais que tenham a ver com religiões. E esse é o caso — afirmou.

Para Humberto, participar da restauração tem grande significado para o Brasil e

representa o reconhecimento do país como ator importante na cena internacional.

“Os países colaboradores não são estimulados necessariamente por razão religiosa, mas pelo compromisso histórico de preservar o local a abrigar gruta que a tradição aponta como o lugar do nascimento de Jesus Cristo. Claro, também não se pode desprezar que, para milhões de brasileiros cristãos, o local é de enorme simbolismo”, afirma no parecer.

A restauração da basílica já está em curso, e o prazo final para doações termina este ano. Por isso, no relatório, Humberto pediu urgência na aprovação.

# Eunício e Serra debatem ações de combate ao fumo com a OMS

Com o objetivo de debater medidas de combate ao tabagismo, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se reuniu ontem com o senador José Serra (PSDB-SP) e representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A pauta da reunião foi o PLS 769/2015, de Serra. O projeto proíbe qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos nos locais de venda.

— O recrutamento dos fumantes é feito principalmente

entre os jovens. Estamos adotando medidas que dificultem isso — afirmou Serra.

O projeto também obriga que as embalagens de cigarros sejam padronizadas e proíbe o uso de substâncias que intensifiquem ou realcem sabor ou aroma de cigarros.

Além das proibições, o texto prevê multa e pontos na carteira para quem for pego fumando em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

# Ângela Portela cobra ajuda federal para conter aumento da violência em Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) lamentou o crescimento da criminalidade em Roraima e disse que o governo estadual já solicitou



com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos.

— Em Boa Vista, a população sofreu recentemente o acréscimo superior a 12% da população. Em Pacaraima, que já está na fronteira com a Venezuela, esse aumento é ainda maior.

# Flexa agradece votos para proibir bloqueio de recursos para segurança

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu ontem aos senadores que aprovaram na terça-feira a proposta de sua autoria (PLS 90/2007 — Complementar) que proíbe o bloqueio de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública. O senador ressaltou que o fundo tem

perdido recursos a cada ano. Ele lamentou a tentativa de resgate de comparsas presos realizada no Pará por criminosos usando armamento pesado. Houve confronto com agentes penitenciários que deixou 21 mortos, sendo 20 criminosos e 1 agente.

# Eduardo Amorim manifesta indignação com assassinato de policiais em Sergipe

O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) manifestou indignação com os assassinatos do capitão da Polícia Militar de



Municipal de Aracaju. — Diante de tanta tragédia e de tanta dor, eu pergunto mais uma vez desta tribuna: Que Sergipe é esse? Que país é esse? O fato é que vivemos o caos desencadeado pela irresponsabilidade e pelo desgoverno lá instalado.

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRE Embaixada da Albânia

9h Sabatina de indicado para embaixada na Albânia. Após, pauta com 8 itens.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, o PLC 171/2017, que inclui a cultura da paz nas funções das escolas.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Cresce compensação de cidade por hidrelétrica

Proposta que aumenta a parcela de recursos destinada aos municípios pela utilização da água na geração de energia foi aprovada em Plenário e segue agora para sanção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou o projeto que altera a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) entre União, estados e municípios (PLC 315/2009). Com as alterações, a parte desses recursos destinada aos municípios onde há hidrelétricas cresce 20 pontos percentuais.

Atualmente, a legislação (Lei 8.001, de 1990) define como percentuais de distribuição da CFURH: 45% para os estados, 45% para os municípios e 10% para a União (3% para o Ministério de Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e Energia e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O projeto reduz o percentual de repasse para os estados de 45% para 25%, transferindo essa diferença para os municípios, que passam da faixa de 45% para 65%. Essa compensação na área hídrica é repassada hoje, mensalmente, a 21 estados, ao Distrito Federal e a mais de 700 municípios.

Outro argumento em favor dessa redistribuição da CFURH é o fato de o percentual proposto para os municípios ser idêntico ao já fixado pela



Senado aprova alteração na distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

exploração de recursos minerais: 12% para a União, 23% para estados e 65% para municípios.

## Urgência

A proposta, do ex-deputado Chico da Princesa, já havia sido aprovada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguardava deliberação pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), mas um requerimento

para votação em regime de urgência acelerou seu exame pelo Plenário. O projeto segue agora para sanção.

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) foi designado relator em Plenário. Segundo o senador, as diversas manifestações das câmaras de vereadores e prefeituras, “invariavelmente favoráveis à proposição”, mostram o mérito da proposição. Bezerra pediu aos municípios a devida atenção com políticas responsáveis

de manutenção das fontes de água.

— A proposta é oportuna e pertinente, no sentido de que a gente possa reequilibrar essas receitas, dando uma parcela maior para os municípios — registrou o relator.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou o projeto como “um dos mais importantes do ano” e disse que três municípios do seu estado serão diretamente beneficiados.

Ana Amélia (PP-RS) lem-

brou que 727 municípios respondem por mais de 60% da geração de energia elétrica do Brasil. Segundo a senadora, a mudança na lei é apoiada pelos cerca de 42 milhões de cidadãos que moram nessas localidades. Ela acrescentou que o projeto ajudará nas dificuldades de gestão das prefeituras, que passarão a receber uma parte maior dos recursos da compensação.

## Prejuízo

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), o projeto é uma questão de justiça, uma vez que as barragens para geração de energia acabam inundando áreas férteis, fazendo com que os municípios percam espaço para produção. Assim, disse Moka, é importante que esses municípios tenham “uma vantagem, algum tipo de recuperação desse prejuízo”.

Os senadores Benedito de Lira (PP-AL), Aécio Neves (PSDB-MG), Paulo Paim (PT-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lídice da Mata (PSB-BA), Simone Tebet (PMDB-MS) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), entre outros, também manifestaram apoio ao projeto.

## Protesistas: normas sobre a profissão retornam a comissões

Retorna para análise das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 121/2015, que regulamenta as profissões de protesistas e ortesistas ortopédicos. O projeto, que estava pronto para votação em Plenário, retorna às comissões em razão de requerimentos dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Humberto Costa (PT-PE) aprovados ontem.

O PLC define como protesista/ortesista o profissional que toma medidas e confecciona órteses e próteses, bem como

palmilhas e calçados ortopédicos, sempre de acordo com prescrição de médico, fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional.

É a segunda vez que o projeto do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) volta à CAS. Ele havia sido aprovado na comissão, mas precisou ser reavaliado pelo colegiado em razão de emenda posterior apresentada por Humberto Costa. Agora o texto vai à CAS, que consultará a CCJ sobre sua adequação aos limites constitucionais, legais e do processo legislativo.

## CPI sobre juros dos cartões de crédito tem composição definida

Foi lida em Plenário ontem a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Cartões de Crédito. Os senadores Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Lindbergh Farias (PT-RJ), Wilder Moraes (PP-GO), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ) serão os titulares da comissão. Os senadores Dário Berger (PMDB-SC), Regina Sousa (PT-PI) e Lasier Martins (PSD-RS) serão os suplentes.

O objetivo do colegiado é investigar os juros cobrados

pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

A CPI foi criada a pedido de Ataídes. Ao defender a comissão, no mês passado, ele afirmou que, em 2016, uma empresa de cartão de crédito chegou a cobrar 850% ao ano de juros no crédito rotativo, usado quando o consumidor não paga o valor total da fatura. Na época, a taxa básica de juros (Selic) estava em 14,25%.

Para Ataídes, o Congresso Nacional já deveria ter colocado um freio na situação, e os senadores não podem continuar em silêncio.

## Confirmado acordo de Brasil e Emirados Árabes sobre defesa

O Senado aprovou ontem o Acordo entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa. O acordo, assinado em 2014, em Brasília, prevê o respeito aos princípios da *Carta das Nações Unidas*, que incluem a igualdade soberana dos Estados, a inviolabilidade territorial e a não intervenção nos assuntos internos de outros países.

Algumas áreas envolvidas são armamento, indústria de defesa, transferência de tecnologia de defesa e treinamento militar.

A cooperação pode se dar por visitas oficiais, reuniões e consultas bilaterais, desenvolvimento de programas e projetos conjuntos, além de intercâmbio de especialistas e experimentos entre instituições civis e militares.

Cada parte será responsável pelas próprias despesas, a não ser que haja deliberação em contrário.

O acordo terá duração de cinco anos, com renovações automáticas pelo mesmo período.

## Colegiado aprova MP que permite venda direta do petróleo do pré-sal

A comissão mista que analisou a medida provisória que permite venda direta de petróleo do pré-sal aprovou ontem o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). A principal mudança no texto da MP 811/2017, disse o relator, trata da ampliação da capacidade de refino de petróleo.

A MP permite a venda direta do petróleo da União extraído do pré-sal. Até então, a estatal PPSA, criada para administrar a área de produção petrolífera, era obrigada a contratar



Bezerra (3º à esq.) fez alterações para evitar risco de desabastecimento

empresas para intermediar a comercialização. Com as alterações da MP, o governo espera arrecadar mais de R\$

5 bilhões nos próximos cinco anos.

Para o relator, existe risco de desabastecimento de combustíveis nos próximos anos, já que as refinarias produziram poucos barris no ano passado. Para evitar o risco e aumentar a cadeia de refino, o relatório determina a realização de leilões.

Outra alteração específica que a política de venda de petróleo deverá destinar recursos também para uso não energético, e não apenas energéticos, como estabelece a MP. A medida segue para análise dos Plenários da Câmara e do Senado.

Waldemir Barreto/Agência Senado



A presidente da comissão, senadora Regina Sousa, comanda reunião em que projeto de lei foi aprovado

## Cota para deficientes deve valer também para chefias

Proposta aprovada ontem em comissão estende para cargos de confiança percentual obrigatório de contratação de pessoas com deficiência. Autor quer assegurar progressão funcional aos trabalhadores

EMPRESAS COM MAIS de 100 funcionários serão obrigadas a manter entre 3% e 5% de cotas para pessoas com deficiência, não somente sobre o total dos postos de trabalho, mas também em relação às funções de confiança, como chefias, gerências e coordenações. É o que estabelece o PLS 263/2017, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Hoje as cotas beneficiam pessoas com deficiência e profissionais reabilitados, afastados por conta de incapacitação, mas que retornaram ao traba-

lho. Empresas com 100 a 200 trabalhadores têm cota de 2%, percentual que sobe até chegar a 5% nas companhias com mais de 1.000 empregados.

O objetivo do autor do projeto, senador Romário (Pode-RJ), ao obrigar as cotas também para as funções de confiança, é assegurar maior possibilidade de progressão funcional.

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu o parecer favorável do relator, senador João Capiberibe (PSB-AP).

— A proposta de disseminar a cota para os cargos de confian-

ça é justificada. É lamentável que isso deva ser feito por força de lei, mas o que realmente deve causar estranhamento e indignação é a exclusão das pessoas com deficiência ou reabilitadas dos escalões de gerência e chefia nas empresas — afirmou Paim.

O projeto foi aprovado com uma emenda de redação para deixar claro que as cotas não deixam de ser exigíveis para outras contratações. O texto segue agora para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Projeto altera apoio escolar a aluno com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que determina o máximo de três alunos com deficiência a serem atendidos pelo profissional de apoio escolar. O projeto prevê ainda que o profissional poderá ser contratado e pago pela família do aluno, mesmo para atuar em escolas públicas.

O PLS 278/2016, do senador Romário (Pode-RJ), segue para análise da Comissão de Educação e Cultura (CE) em caráter terminativo.

A Lei Brasileira de Inclusão define três profissionais para o atendimento ao estudante com deficiência: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar.

O atendente pessoal assiste nos cuidados para atividades diárias, como higiene, alimentação e locomoção. O acompanhante acompanha o aluno, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal. Já o profissional de apoio escolar, que também pode fazer a função

de atendente pessoal, trata da inclusão pedagógica do aluno.

O profissional de apoio terá que ter nível superior — a exigência será dispensada para a educação básica. Caso a escola permita, a família poderá contratar um profissional particular para atuar mesmo na escola pública.

A proposta foi relatada pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) e, na comissão, teve o parecer favorável lido pelo relator ad hoc Paulo Paim (PT-RS).

## Proposta cria Portal de Transparência da Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá contar com um portal da transparência, com informações sobre disponibilidade de profissionais, afastamento dos funcionários, tempo de espera na filas. A iniciativa consta da Sugestão Legislativa 63/2017, elaborada por participantes do Projeto Jovem Senador, aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto passa a tramitar como projeto de iniciativa da comissão.

Pela proposta, a plataforma

também incluirá dados do paciente, como histórico de saúde, número do prontuário, resultados de exames, consultas agendadas e vacinas.

O relator na CDH, senador Telmário Mota (PTB-RR), apresentou parecer favorável à proposta. Ele argumentou que a participação da sociedade na fiscalização do SUS não pode ficar restrita à atuação dos conselhos de saúde, como é previsto atualmente em lei.

— O desenvolvimento de novas oportunidades de par-

ticipação efetiva dos usuários na fiscalização e no controle da gestão do sistema público de saúde é imprescindível para o seu aprimoramento.

A sugestão foi proposta por nove estudantes do Projeto Jovem Senador. Na justificativa do texto, eles esclarecem que o objetivo é diminuir as filas e permitir a fiscalização direta do SUS pela população, sobretudo em relação ao trabalho dos profissionais e à disponibilidade de recursos médico-hospitalares.

## Senado aprova indicação para o Conselho Nacional de Justiça

Foi aprovada no Senado ontem a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Eustáquio Soares Martins para uma vaga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação teve 54 votos favoráveis e 9 contrários, com 2 abstenções.

O ministro do STJ foi sabatinado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Questionado sobre o auxílio-moradia pago aos magistrados, ele lembrou que o benefício está previsto na Lei da Magistratura, assim como o reajuste anual para a categoria, que não vem ocorrendo. Ele sugeriu que se retome o pagamento do antigo adicional por tempo de serviço, como meio de superar essa discussão.

Sobre o foro por prerrogativa de função, Martins respondeu a Lasier Martins (PSD-RS) que o privilégio foi criado pelos constituintes, mas que nada impede o Parlamento de rever a posição. Medidas que antes eram consideradas boas, observou, podem não se mostrar tão frutíferas com o passar do tempo.

— Por isso que o direito é dinâmico — frisou.

O indicado falou sobre a prisão em segunda instância. Ele afirmou que, em suas decisões, tem adotado a execução provisória da pena a partir do precedente determinado pelo STF em 2016, mas que poderá mudar seu curso de ação caso haja decisão nesse sentido.

— Existem duas doutrinas,

sábias, de pensamentos diferentes. Mas chego à conclusão de que a última palavra é do STF. A ação declaratória de constitucionalidade em breve estará sendo analisada pelo Supremo e firmaremos o entendimento — opinou.

À CCJ, ele anunciou que deverá ocupar a vaga de corregedor do CNJ.

### Currículo

O senador Otto Alencar (PSD-BA) destacou a capacidade e conhecimento jurídico do ministro.

Graduado em direito na Universidade Federal de Alagoas e em administração de empresas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió, Martins atua na magistratura desde 2002, tendo sido, inicialmente, nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Desde 2006, exerce o cargo de ministro do STJ. Ele ocupará a vaga destinada ao tribunal no CNJ.

Ao responder a questão de Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a exposição dos magistrados e ativismo judicial, Martins falou da importância da transparência, proporcionada pela exibição das sessões ao vivo, mas também da necessidade de não fugir à lei e à Constituição nessas decisões, com consciência jurídica, sem se preocupar se vai agradar ou desagradar a alguém.

O ministro também defendeu a autonomia dos Poderes, com diminuição da judicialização.



Humberto Martins é sabatinado, ao lado do senador Flexa Ribeiro

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Seminário debaterá implantação de universidade em Mato Grosso

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) para realização de seminário sobre a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis (MT).

O debate está marcado para amanhã, às 19h, em Rondonópolis, e será realizado em conjunto com as Comissões de Educação (CE) e de Agricultura (CRA).

Wellington recordou a longa tramitação no Congresso Nacional da proposição para a criação da universidade. Ele agradeceu a ex-presidente Dilma Rousseff pela elaboração do projeto de criação da universidade e ao presidente Michel Temer pela sanção.

— A criação da universidade sem dúvida nenhuma será uma grande propulsora do desenvolvimento da região sudeste de Mato Grosso.

# Especialista defende função social da empresa

Participantes de audiência pública sobre reforma do Código Comercial também ressaltaram a importância da uniformização das regras para a atividade empresarial no país

O PROJETO DE reforma do Código Comercial, em tramitação no Senado, acerta ao prever a função social ao lado da função econômica, visto que o valor da livre iniciativa não é um valor absoluto e deve estar conciliado aos valores do trabalho. A avaliação foi feita ontem pela professora de direito civil e comercial da Universidade de Brasília (UnB) Ana Frazão em audiência pública sobre o processo empresarial, a função social da empresa e operações societárias.

O debate foi promovido pela comissão temporária que analisa o PLS 487/2013, que atualiza o Código Comercial, de 1850. Elaborado por uma comissão de juristas, o projeto é relatado pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS).

— Temos uma ordem econômica constitucional que nos exige conciliação entre os



Ana Frazão fala no debate presidido pelo relator, Pedro Chaves (3º à esq.)

interesses da livre iniciativa e todos os demais interesses que se projetam sobre a atividade empresarial. É importante que o código contenha o princípio da função social. O interesse social acaba sendo parâmetro de extrema importância para a compreensão de conflitos empresariais — disse o relator.

Representante da Confederação Nacional do Comércio e

membro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio/SP, Fernando Passos afirmou que o projeto é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria do ambiente de negócios.

— O Brasil precisa garantir ao empreendedor um cenário transparente e seguro para a atividade empresarial, diante dessa insegurança jurídica. Há regras escritas, mas elas são

descaracterizadas por interpretações diversas, em geral contrárias à empresa. A resposta é codificar os princípios para conquistar investidores.

## Uniformização

Presidente da Comissão Especial de Análise do Novo Código Comercial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gustavo Ramiro Costa Neto avaliou que o projeto favorecerá o ambiente de negócios no Brasil. Ele cobrou, no entanto, tratamento mais adequado a questões tratadas nas juntas comerciais. A representação das partes interessadas nas juntas deve se dar exclusivamente por meio de advogados, defendeu.

O professor de direito comercial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Maurício Moreira de Menezes defendeu a uniformização das normas

de operações societárias e definição de regras de proteção a acionistas minoritários.

— Essa é uma oportunidade preciosíssima de uniformizar essa matéria— afirmou.

Professor titular de direito processual civil da Universidade de São Paulo, Flávio Yarshell destacou a especificidade dos litígios empresariais e disse que o projeto encampa muitas técnicas de arbitragem, ao privilegiar os princípios da intervenção mínima, da prevalência da vontade e da presunção de igualdade real das partes, entre outros.

Pedro Chaves frisou que as operações e fusões societárias são regidas pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 1976) e pelo Código Civil.

— A discrepância entre as duas leis dá ensejo à insegurança jurídica que o projeto procura suprimir — afirmou.

## Comissão aprova permissão e regras para saque do PIS/Pasep

Foi aprovada ontem em comissão mista a medida provisória que permitiu o saque do saldo das contas do PIS/Pasep a pessoas com mais de 60 anos (MP 813/2017). Houve mudanças no texto, que estenderam a todos os titulares das contas o direito de sacar os valores, dentro de um prazo determinado. Agora o projeto de lei decorrente da medida terá de ser analisado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A MP foi editada após outra medida que liberava os saques (MP 797/2017) ter perdido a validade sem ter sido votada pelo Congresso. Têm direito aos recursos do abono o trabalhador do setor público ou privado que tenha contribuído para o PIS ou Pasep até 4 de outubro de 1988 e que não tenha feito o resgate total do saldo do fundo. A Caixa, responsável pelo PIS, e o Banco do Brasil, administrador do Pasep, fazem esse pagamento de acordo com um calendário anual.

Antes da MP, o saque das

contas individuais do PIS/Pasep já era permitido nos casos de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma (no caso de militares), invalidez e casamento. Além de permitir o saque por idade, a medida provisória retirou o casamento das hipóteses para a retirada.

O texto também permite aos bancos o crédito em folha de pagamento, contas de depósito, conta poupança ou outro. Na hipótese de crédito automático, o cotista poderá, em até três meses, solicitar transferência do valor para outro banco sem pagar tarifa.

O relatório de Lasier Martins (PSD-RS) incluiu no texto emendas para ampliar a lista de quem poderá sacar o benefício. A principal delas foi liberar o saque a todos os titulares de contas individuais do PIS/PASEP até 29 de junho de 2018. Após essa data, o saque só poderá ser feito em casos específicos, alguns já previstos antes na MP e outros incluídos pelos parlamentares.



Ataídes Oliveira (3º à esq.) preside debate na Comissão de Transparência

## Debatedores pedem que recursos do Sistema S sejam fiscalizados

Apesar de financiado por recursos privados, o Sistema S deve ser submetido a fiscalização, defenderam alguns dos debatedores de audiência na Comissão de Transparência (CTFC). As contribuições para o sistema são arrecadadas pela Receita Federal e somaram, em 2017, R\$ 16,5 bilhões.

O sistema é formado por 11 entidades de serviço social das confederações nacionais de indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas. Os filiados são obrigados a contribuir para instituições voltadas à qualificação e formação profissional, como Sesc, Senai, Sesi e Sebrae. O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), considera que se trata de um imposto, por ser compulsório, mas que fica de fora do Orçamento da União.

Para o procurador do Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira, é importante que se tenha todo o cuidado com a transparência na gestão dos recursos. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI),

Robson de Andrade, citou decisões do Supremo Tribunal Federal para reforçar o caráter privado das contribuições.

O coordenador de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, classificou a natureza das contribuições para o Sistema S de parafiscal.

Para o advogado Saul Tourinho Leal, o Sistema S é necessário ao país e precisa ter liberdade para atuar.

Vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Adelmir Santana lembrou a transparência promovida por redes sociais, website, ouvidoria, controladoria e atendimento ao cliente.

Depois de ouvir os debatedores, Ataídes deixou a presidência da comissão e, da bancada, passou a fazer considerações. Após 15 minutos, Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da CNI, pediu um limite de tempo para as intervenções. Ataídes, então, retomou a presidência dos trabalhos para continuar com a palavra. O gesto motivou Armando e Lídice da Mata (PSB-BA), entre outros, a deixarem a sala.

## Lasier propõe mudanças em escolha para STF

Lasier Martins (PSD-RS) apontou “espanto e indignação” do povo diante do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuindo a situação a indicações políticas, atraso nos processos, trocas de ofensas entre ministros e mudanças de posicionamento que geram insegurança jurídica. Ele pediu apoio à PEC 35/2015, de sua autoria, que muda o sistema de escolha para o STF e prevê mandatos de tempo limitado para os ministros.

O senador também criticou o “corporativismo” do Judiciário, que resiste ao fim do auxílio-moradia para juízes.

## Telmário apoia MP sobre servidores de ex-territórios

Telmário Mota (PTB-RR) manifestou apoio à medida provisória sobre o enquadramento de servidores dos ex-territórios aos quadros da União. Segundo ele, há entendimento entre os parlamentares para que a MP 817/2018 seja aprovada e para que os procedimentos ocorram antes das eleições. Ao questionar a demora, Telmário disse que os servidores não têm mais como esperar.

— Como manter a calma depois de 30 anos de promessas vazias?



Lasier lê relatório na comissão presidida pelo deputado Décio Lima (D)

# Rádios comunitárias pedem isenção de taxas do Ecad

Em audiência pública para debater projeto que isenta as emissoras, representantes das comunitárias afirmaram que o órgão de arrecadação de direitos autorais persegue as rádios com ações judiciais

O FUNCIONAMENTO DAS rádios comunitárias depende da isenção do pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). A avaliação foi feita ontem por participantes de audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Educação e Cultura (CE).

Solicitada por Fátima Bezerra (PT-RN), a audiência discutiu o projeto que dispensa da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas rádios comunitárias. A proposta (PLS 410/2017) é de Hélio

José (Pros-DF). O senador argumenta que a maioria dos artistas representados nas rádios comunitárias é local e que o recolhimento do Ecad não é repassado a eles.

— Apesar da importância na democratização da informação e da cultura, as comunitárias não têm um marco regulatório para que cresçam e se mantenham — disse.

Para Fátima, o fato de não poderem veicular publicidade gera dificuldades para os veículos conseguirem se manter.

O coordenador-executivo da Associação Brasileira de Radio-

difusão Comunitária (Abraço), Geremias dos Santos, enfatizou que a associação não é contra os direitos autorais que os compositores devem receber, mas que apoia o projeto.

— O Ecad, com ações judiciais, tem perseguido as rádios comunitárias. Cada ação começa com mais de R\$ 20 mil.

A coordenadora-geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inalda Celina Madio, comentou portaria do governo que aprova o Plano Nacional de Outorgas para a radiodifusão comunitária (Portaria 720/2018). Para o coordenador-executivo da Abraço, a portaria não auxilia de maneira eficaz no processo de ampliação das rádios comunitárias do país.

— A Abraço foi pega de surpresa com a publicação dessa portaria. Há questões que não foram discutidas com as rádios.

Segundo Inalda, o plano foi elaborado na tentativa de colocar municípios que não têm rádios comunitárias, mas não houve interessados em abrir emissoras nesses locais.



Pedro Franco/Agência Senado

Senador visa evitar manipulação eleitoral de informação na internet

## Eduardo Braga quer criminalizar uso de robôs nas redes sociais

Está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um projeto de Eduardo Braga (PMDB-AM) que define como crime a oferta, a contratação ou a utilização de robôs ou ferramenta automatizada que simule ou possa ser confundida com pessoa natural para gerar mensagens ou outras interações, pela internet ou por outras redes de comunicação, com o objetivo de influenciar o debate político ou de interferir indevidamente no processo eleitoral.

De acordo com o senador, existem mais de 100 milhões de usuários no Brasil e bilhões em todo o mundo que estão sendo atingidos por robôs. Ele citou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que demonstrou a utilização de contas automatizadas ou robôs

para o envio de mensagens em massa com objetivo de manipular o debate político nas redes sociais.

Conforme o estudo, afirmou Braga, “as mensagens falsas simulam opiniões de pessoas reais — mas que não existem de fato — e representam mais de 20% do total de interações ocorridas sobre temas de relevância político-eleitoral”.

Para o senador, essas ferramentas são usadas para criar um clima artificial de popularidade de candidatos e grupos políticos, além de amplificar o destaque de mensagens negativas sobre seus opositores.

Por isso, segundo ele, é fundamental a aprovação rápida do PLS 413/2017 para evitar o uso de robôs nas eleições.



Gerardo Miguez/Agência Senado

Fátima Bezerra (2ª à esq.) conduz debate sobre rádios comunitárias

## Acir Gurgacz quer novo marco para licenças ambientais

Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei para criar um marco legal para o licenciamento ambiental.

Na opinião do senador, a proposta daria segurança jurídica aos produtores sem flexibilizar a proteção ao meio ambiente.

— A proposta é que cada ente federado adequar os seus procedimentos específicos, obedecendo os parâmetros estabelecidos na regra geral, conforme estabelecido na Lei Complementar 140, de 2011.



Roque de Sá/Agência Senado

## Água e saneamento devem ser direitos, afirma Valadares

A inclusão do abastecimento de água potável e do saneamento básico no rol dos direitos sociais garantidos pela Constituição foi defendida ontem por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele pediu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2017, de sua autoria, que tem esse objetivo.

— No Brasil, o acesso à água e ao saneamento é considerado questão de caridade. E isso, durante o recrudescimento da seca, são os famosos carros-pipa.



Roque de Sá/Agência Senado

## Paim defende cidades afetadas por hidrelétricas

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio ao projeto que aumenta a compensação financeira aos municípios afetados pela construção de hidrelétricas. O PLC 315/2009 foi aprovado em Plenário ontem.

— A proposição é justa, pois são os municípios que sentem os impactos sociais e econômicos da construção de hidrelétricas e de seus reservatórios — afirmou o senador, lembrando que há 42 milhões de pessoas que residem nos 729 municípios que seriam beneficiadas. No Rio Grande do Sul, destacou, são 62 municípios nessa condição.

## Bauer pede para agilizar aduana em Santa Catarina

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu ontem a contratação de servidores para a aduana de Dionísio Cerqueira, na fronteira de Santa Catarina e do Paraná com a Argentina. Ele pediu novas regras de liberação de mercadorias entre os diversos órgãos da administração pública federal e dos órgãos de administração da Argentina.

O senador afirmou ter certeza de que a Receita solucionará o problema e ressaltou que disso dependem a agroindústria catarinense, a economia da região e a vida dos agricultores.



Roque de Sá/Agência Senado

## Simone Tebet assume liderança do PMDB no Senado

Primeira mulher a assumir a liderança do PMDB no Senado, Simone Tebet (MS) afirmou que entra no cargo num momento difícil da história do país, em que o povo passou até a questionar a política e a democracia.

Para ela, isso acontece porque as mais importantes instituições da República não se entendem, fato que exige mudanças no papel dos Poderes, especialmente do Executivo e do Legislativo.

— Está na hora do diálogo e do consenso.



Roque de Sá/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Senadores irão a Curitiba ver condições de Lula

Plenário aprova criação de colegiado temporário para verificar a situação do cumprimento da pena pelo ex-presidente, preso na sede da Superintendência da Polícia Federal

A SITUAÇÃO DO ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, concentrou as atenções dos senadores. Ações e pronunciamentos sobre a questão mobilizaram o Plenário e a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

No Plenário, foi aprovado requerimento de Lindbergh Farias (PT-RJ) para a criação de comissão temporária externa, composta de 12 senadores, a fim de verificar in loco as condições em que se encontra o ex-presidente.

Pela manhã, a CDH já havia aprovado requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a realização de uma diligência na capital paranaense.

Antes da votação, senadores e deputados, sob a liderança de Lindbergh, levantaram faixas em Plenário pela libertação de Lula.

Condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) por corrupção e lavagem de dinheiro, o ex-presidente foi preso no fim de semana.

Magno Malta (PR-ES) disse aos senadores que havia

conversado com Lindbergh e que o senador garantiu que as despesas das viagens a Curitiba serão de responsabilidade dos próprios parlamentares.

— Fui conversar com o líder do PT e ele me garantiu, porque esse era o meu temor e de muitos, que as custas dessa viagem da comissão fossem do erário público, e ele disse que, em absoluto, os custos dessa comissão temporária e da que foi votada na Comissão de Direitos Humanos serão de responsabilidade pessoal de cada senador — afirmou Malta.



Lindbergh é autor do requerimento para que grupo acompanhe situação

## Para Gleisi, ex-presidente é vítima de um golpe imposto pela elite do país

A prisão do ex-presidente Lula faz parte de um golpe imposto por setores da mídia e da elite brasileiras contra o governante que mais se preocupou com os mais pobres do país, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).



Roque de Sá/Agência Senado

Segundo a senadora, Lula é a maior liderança popular do Brasil, e a falta de provas na condenação mostra que houve motivação política na prisão. Para ela, o ex-presidente “é um preso político dentro de um pretenso regime democrático”.

— Que democracia é essa?

## Comissão prevê diligência para a próxima semana

A preocupação com as condições do cumprimento da pena de Lula também movimentou a CDH ontem. A comissão aprovou uma diligência em Curitiba, prevista para a próxima semana.

Vanessa explicou que, na terça-feira, a Justiça negou o pedido de visita feito por Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lindbergh Farias e Roberto Requião (PMDB-PR), nove governadores, alguns deputados e dirigentes partidários. O ex-presidente estaria autorizado a receber apenas a família e os advogados.

— A Lei de Execução Penal é

claríssima. Visitas são permitidas a parentes, companheira e amigos — disse Vanessa.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que é preciso ir ao corregedor do Conselho Nacional de Justiça denunciar o isolamento de Lula.

— Que tratamento diferente é esse que ele está recebendo, incomunicável, numa cela isolada, e que seus familiares nem ninguém podem chegar perto dele? — questionou.

Na avaliação de Telmário Mota (PTB-RR), a situação equivale a tortura.

— Agora se adota um processo psicológico de isola-

mento absoluto para tentar implantar o desespero, a sensação do abandono, de impotência.

Lindbergh Farias disse acreditar que a Justiça não irá impedir uma visita da CDH do Senado a um preso.

A prisão de Lula também foi tema de sete discursos em Plenário ontem.

A CDH também aprovou requerimentos para realização de audiências sobre a profissão de motorista, a situação do transporte coletivo, a Defensoria Pública da União e os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão).

## Humberto Costa aponta arbitrariedade e motivação política para prisão

A decisão da juíza federal Carolina Lebbos, que proibiu a visita que uma delegação de governadores e parlamentares faria a Lula, foi considerada arbitrária por Humberto Costa (PT-PE). Segundo o senador, esse episódio reforça o entendimento de que a prisão de Lula, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, teve motivação política e foi efetuada para impedi-lo de concorrer à presidência da República nas eleições de outubro deste ano.



Roque de Sá/Agência Senado

## Ana Amélia critica protestos e agressões de partidários de Lula

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem os protestos de partidários do ex-presidente Lula contra sua prisão. Ela mencionou os bloqueios de rodovias e as agressões a jornalistas e cidadãos em torno do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.



Roque de Sá/Agência Senado

Para ela, a liberação de visitas a Lula fora dos horários estabelecidos transformará a unidade da Polícia Federal de Curitiba em “comitê eleitoral”. Segundo a senadora, a lei é para todos e o ex-presidente já recebeu muitas regalias.

## Vanessa ataca decisão de juíza de limitar visitas ao ex-presidente preso

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acusou a Justiça e a Polícia Federal de ilegalidades contra o ex-presidente Lula. De acordo com a senadora, a forma com que Lula tem sido tratado gera o “aprofundamento da crise”. Ela repudiou a decisão da juíza federal Carolina Lebbos de proibir a visita que um grupo de governadores, parlamentares e amigos faria a Lula. Para Vanessa, a decisão contraria a Lei de Execuções Penais.

— Tem algo mais sendo atacado, que é o próprio Estado de direito, a própria democracia, que está sendo subtraída!

## Viana diz que condições se assemelham a confinamento em solitária

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que o ex-presidente Lula se encontra preso numa solitária, incapaz de receber familiares e autoridades, de forma que considera ser incompatível com a Lei de Execuções Penais. Segundo ele, não se sustenta o argumento de que Lula tem recebido tratamento especial na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, por ser ex-presidente.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Viana, mesmo os opositores de Lula têm se sensibilizado com a injustiça da prisão.

## Segundo Fátima Bezerra, prisão fez brotar “milhares de Lulas” em todo o país

Fátima Bezerra (PT-RN) disse em Plenário que a prisão de Lula, classificada por ela de injusta e arbitrária, fez brotar, em todo o país, “milhares de Lulas”. Segundo a senadora, Curitiba não é mais a “república dos inquisidores”, mas a capital da “resistência democrática”, que ganhou solidariedade internacional.

Ela mencionou a manifestação de apoio de Adolfo Esquivel, vencedor do Nobel da Paz por sua luta contra a ditadura militar na Argentina, e o pedido de libertação de Lula feito por Pablo Iglesias, secretário-geral do partido espanhol Podemos.

## Medeiros afirma que petistas tentam politizar questão de polícia

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que parlamentares estão tentando dividir o país entre “povo e antipovo”. Segundo ele, o “povo” seria esses senadores, seus correligionários e suas virtudes. Já o “antipovo” seria os adversários políticos, as empresas e os organismos internacionais que não pensam como eles. Os petistas, disse, tentam politizar a prisão de Lula, uma questão de polícia.



Roque de Sá/Agência Senado

— Se é para dividir em lados, entre o presidiário e o juiz, eu prefiro ficar do lado do juiz.

## Debatedores apoiam maior prazo para planos de desenvolvimento integrado



Marta Suplicy e o deputado Fausto Pinato (2º à esq.) conduzem o debate

Participantes de audiência ontem sobre a medida provisória que altera o Estatuto da Metrópole (Lei 13.089, de 2015) apoiaram a ampliação do prazo para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. O prazo, que venceria neste ano, foi prorrogado até 2021 pela MP 818/2018.

O presidente da Associação

Brasileira de Municípios, Eduardo Tadeu Pereira, lembrou que os municípios que não elaboraram os planos seriam impedidos de receber verbas federais. A gerente de projetos de mobilidade do Ministério das Cidades, Martha Martorelli, disse aprovar a proposta de pequenos municípios poderem se unir para fazer as audiências,

que teriam de ser feitas separadamente. Ela defendeu que cidades com até 100 mil habitantes não precisem contratar consultorias para elaborar planos de mobilidade.

A presidente da comissão mista, Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou a importância dos modais de transporte no âmbito do estatuto.

# Aprovado projeto contra discriminação salarial

Proposta que deve seguir para a Câmara dos Deputados multa empresas que pagarem salários menores a negros ou a mulheres e prevê divulgação de lista dos infratores

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de Lindbergh Farias (PT-RJ) que visa desestimular empresas a pagar vencimentos menores a funcionários negros ou a mulheres. O PLS 33/2018, que impõe multas e cria um cadastro negativo com os nomes das empresas infratoras, pode seguir para a Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), ressaltou que a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) já incluiu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a previsão de multa ao empregador infrator, em benefício dos empregados discriminados.

O problema é que os trabalhadores só têm assegurado o pagamento das diferenças salariais e das multas ao final de um moroso processo judicial, o que não seria suficiente para desestimular a discriminação.



Relatora, Vanessa Grazziotin comparou medida às listas negativas para práticas lesivas ao meio ambiente

Com isso, para tornar mais rápida a penalidade ao infrator, o projeto estabelece que, ao constatar o problema, a fiscalização do trabalho aplique multa administrativa à empre-

sa. O valor será equivalente a 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social — hoje R\$ 2.822 — por empregado discriminado. Para a empre-

sa que reincidir na prática, a multa será dobrada.

No caso das pequenas e microempresas, as multas deverão corresponder à metade desses valores, pois a Consti-

tuição determina tratamento diferenciado a elas, uma vez que as punições devem evitar sua inviabilização.

O que causou uma resistência maior foi a criação de um cadastro, pelo Ministério do Trabalho, que anualmente deverá divulgar na internet as empresas flagradas em práticas salariais discriminatórias.

Alguns senadores entendem que o país passa por um período de enorme intolerância, em que seria arriscado expor empresas “ao achincalhe social”. Além disso, enfatizaram que elas já serão punidas financeiramente.

Ao final, prevaleceram os argumentos de outros senadores que veem as listas negativas como necessárias para corrigir distorções históricas. Vanessa citou como exemplos as que expõem empresas responsáveis por práticas lesivas ao meio ambiente ou que se valem de trabalho escravo.

## Trabalhador que se demitir poderá sacar todo o FGTS, aprova comissão

Um projeto que permite ao trabalhador sacar integralmente o FGTS em caso de pedido de demissão foi aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue à Câmara dos Deputados.

O PLS 392/2016, de Rose de Freitas (PMDB-ES), teve como relator Paulo Paim (PT-RS). Ele lembrou que o texto atual da CLT, após a reforma trabalhista, já prevê o resgate de 80% do FGTS em casos de demissão por acordo entre patrão e empregado. Para Paim, o projeto de Rose é um passo a mais rumo à “correção de dis-



Projeto de Rose de Freitas segue agora para Câmara dos Deputados

torção histórica” na legislação do FGTS, que busca restringir o acesso a recursos que pertencem ao próprio trabalhador.

## Criação do Cartão Material Escolar segue à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que concede aos beneficiários do Programa Bolsa Família o direito ao Cartão Material Escolar. A proposta (PLS 122/2013), da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), poderá seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), apresentou relatório favorável ao projeto, com emendas.

O texto aprovado determina a transferência direta de re-

ursos às famílias integrantes do programa que tenham em sua composição crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos matriculados em escolas públicas. O auxílio terá a forma de cartões magnéticos de débito fornecidos aos pais e baseia-se no Programa Cartão Material Escolar, que existe no Distrito Federal desde 2013.

Pelo projeto, os cartões só poderão ser usados em estabelecimentos credenciados pelo sistema de ensino. Os valores disponíveis variarão de acordo com as etapas da educação básica e as modalidades em que estejam matriculados os alunos. Os recursos deverão

vir de convênios firmados pelo governo federal com os governos estaduais e municipais.

— O projeto é bom e tem uma grande vantagem: baseia-se em uma experiência já testada e aprovada: o Cartão Material Escolar no Distrito Federal. Promove a autonomia cidadã no país — afirmou Otto Alencar em defesa da proposta.

Na justificativa do projeto, Lúcia Vânia mencionou o impacto positivo que a medida pode ter na dinamização do comércio em municípios mais pobres do interior do país, por meio da circulação dos recursos destinados à educação.

## Estudante de medicina pode ter assistência psiquiátrica gratuita

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que dá a médicos residentes e a alunos de medicina direito a assistência psiquiátrica e psicológica gratuita por parte das instituições a que estejam vinculados.

A decisão foi terminativa e, se não houver recurso para análise pelo Plenário, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

A relatora do PLS 157/2017, Lídice da Mata (PSB-BA), lembrou que questões relacionadas à depressão e ao suicídio entre estudantes de medicina foi tema do 2º Encontro Nacional de Con-

selhos de Medicina, em 2016. A senadora citou a psiquiatra Alexandrina Meleiro, da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), que apontou estudos internacionais indicando que a proporção de médicos que se suicidam é cinco vezes superior à proporção média de suicídios da população em geral.

Lídice também mencionou estudo da psicóloga Fernanda Brenneisen Mayer, da Universidade de São Paulo (USP), que demonstrou que 41% dos estudantes apresentavam sintomas depressivos e 81,7%, estado de ansiedade. Outros sintomas frequentemente relatados foram distúrbios do sono, irritabilidade, cansaço e elevada autocobrança.

### RÁPIDAS

HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS DEVERÃO DIVULGAR NA INTERNET LISTA PARA CIRURGIAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de Reguffe (sem partido-DF) que obriga os gestores de sistemas de saúde, nas áreas pública e privada, a divulgar na internet as listas de espera de pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas. Segundo o relator do PLS 393/2015, Otto Alencar (PSD-BA), o projeto poderá coibir esquemas fraudulentos que desobedecem à ordem de chegada de pacientes para cirurgias. Texto deve ir à Câmara. — O que vai valer é a ordem de chegada, mas na realidade diária da medicina, é comum que casos a princípio eletivos se agravem, e a operação torna-se uma necessidade imediata — justificou.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: FAMÍLIA SÓ SERÁ CONSULTADA SE EM VIDA NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO A RESPEITO

O consentimento familiar para doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano após a morte só será necessário se o potencial doador não tiver, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito. A regra faz parte de um projeto (PLS 453/2017), do senador Lasier Martins (PSD-RS), aprovado ontem na CAS e que segue à CCI. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), disse que a questão sobre a quem compete decidir se uma pessoa morta é ou não doadora de órgãos “tem provocado polêmica e vem sendo mudada ao longo do tempo”, mas persiste o problema da carência de órgãos para transplantes. Ele disse acreditar que a questão poderá ser minorada com a proposta.

PLANO DE SAÚDE PODERÁ EXCLUIR QUEM FRAUDAR OU NÃO PAGAR POR 60 DIAS CONSECUTIVOS

Projeto que modifica regra sobre suspensão ou rescisão unilateral de contrato por parte dos planos de saúde foi aprovado ontem na CAS. Relatado por Eduardo Amorim (PSDB-SE), o PLS 433/2011 segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e determina que a suspensão unilateral só poderá ocorrer por fraude ou não pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias consecutivos. O consumidor deverá ser notificado pessoalmente, pelo menos 15 dias antes da suspensão. Pela regra hoje em vigor, é possível a rescisão caso o consumidor superar 60 dias alternados no período de 12 meses, de atrasos verificados em seus pagamentos.

COTA PARA CONTRATAR MORADORES DE RUA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS PASSA EM COMISSÃO

Os editais de licitação de obras e serviços deverão prever a contratação de trabalhadores em situação de rua em percentual não inferior a 2% do pessoal contratado, sempre que o objeto da obra ou serviço for compatível com a utilização de mão de obra de qualificação básica. A exigência consta de projeto aprovado ontem na CAS. A relatora do PLC 130/2017, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), lembrou que o texto atual da Lei de Licitações já prevê a reinserção profissional aos egressos do sistema carcerário. Portanto, disse ela, a inovação agora consiste na extensão da cota aos moradores de rua. O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



# Brasil fez avanços graduais na educação, mas ainda busca cumprir metas da Carta de 1988

Abrangência, qualidade, atendimento integral e saúde financeira do ensino básico preocupam brasileiros desde a Constituinte



30 anos  
CONSTITUIÇÃO  
da CIDADANIA

Guilherme Oliveira

**SE ALGO** permanece constante no Brasil entre 1988 e 2018 é o quadro da educação básica no país. A abrangência, a qualidade e a saúde financeira do sistema de ensino para crianças e adolescentes continuam entre as principais preocupações da sociedade. A Constituição Federal foi escrita com uma série de objetivos traçados para a educação. Trinta anos depois, são esses mesmos objetivos que o país ainda aspira alcançar.

Houve, sim, avanços. A educação formal chega hoje a uma parcela bem maior da população, há destinação orçamentária garantida e o ensino superior também se expandiu. A qualidade do ensino, no entanto, continua vacilante. A meta de atender os estudantes em tempo integral – uma ambição que vem da Assembleia Constituinte – permanece um desafio.

Para o educador Célido da Cunha, o setor da educação luta



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Sala de aula no Distrito Federal: A educação formal chega hoje a uma parcela bem maior da população e há destinação orçamentária garantida

para reparar um pesado déficit histórico e reverter um abandono estrutural que vinha de décadas. Ele é autor do livro *O MEC Pós-Constituição*, que estuda as sucessivas gestões do Ministério da Educação no período democrático recente, e afirma que os avanços possíveis até hoje se devem a um longo processo de aperfeiçoamento da gestão da pasta, que foi capaz de estabelecer, em algumas áreas, rumos que se mantiveram ao longo das diferentes gestões:

— Quebra de continuidade é sempre prejudicial. Em educação, não adianta investir só numa variável, porque isso pode ser anulado por outra. É preciso não só uma visão sistêmica, mas também um projeto de país.

## Avaliação

A continuidade, decisiva para o sucesso de algumas iniciativas específicas, foi preservada, por exemplo, no sistema de avaliação pública do ensino, nos fundos

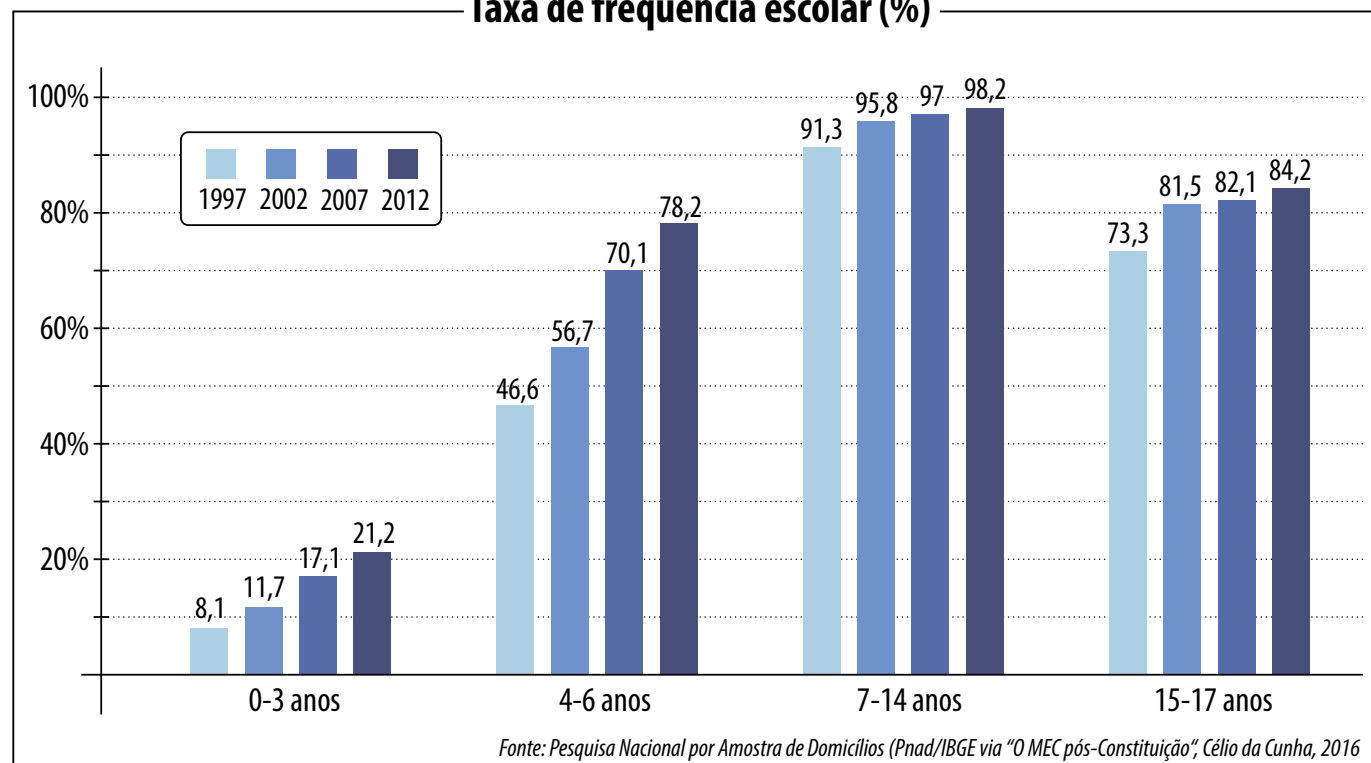
constitucionais de financiamento da educação e no nível superior. Por outro lado, cada gestão teve prioridades diferentes em relação a qual etapa da educação básica priorizar, e isso se refletiu em iniciativas desencontradas e pontuais que focalizaram ora o nível fundamental ora o médio. Um sinal dessa instabilidade é a oscilação no desempenho mensurado dos estudantes brasileiros ao longo dos anos.

Um dos sucessos mais relevantes – e ainda em construção – da educação brasileira sob a vigência da Constituição de 1988 foi a gradual expansão da cobertura da rede de ensino, refletida no crescimento da frequência escolar regular em todas as faixas etárias (*veja gráfico*).

Uma das parlamentares constituintes que atuou nas discussões sobre o setor da educação foi a então deputada Rita Camata. Ela lembra que levar mais jovens para a escola era prioridade da Assembleia:

— Para nós, o importante era buscar a garantia de universalização do acesso à educação. Posteriormente, o sentimento era buscar qualidade, porque não importa só garantir a matrícula, tem que ter o estímulo para o jovem continuar na escola e se prover do conhecimento.

Taxa de frequência escolar (%)



# Constituição integrou os municípios à rede de ensino público do país

Especialistas apontam que a busca da universalização mudou o perfil dos alunos e melhorou o combate à evasão e à repetência

**A SEGUNDA** parte dessa trajetória tem se mostrado mais desafiadora para o país. Os resultados bianuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nas áreas de língua portuguesa e matemática mostram que o país não foi capaz de emplacar uma evolução consistente no desempenho dos estudantes no tocante a esses conhecimentos básicos (veja gráfico abaixo). No entanto, para Carolina Fernandes, coordenadora de Relações Governamentais do Instituto Todos pela Educação, a realidade deve ser entendida dentro de um contexto:

— O que houve no Brasil foi que, quando o direito à educação foi universalizado, houve uma rápida expansão de um modelo de escola que antes era oferecido a

poucos para atender a uma população muito maior e mais diversificada. Com esse modelo, a escola não foi capaz de compensar a falta de repertório das crianças de famílias mais pobres e com menos escolaridade.

O deputado Átila Lira (PFL-PI), que também foi constituinte, concorda com essa avaliação. Ex-secretário de Educação do Piauí, ele avalia que alguma oscilação é esperada, uma vez que a disseminação do ensino formal trouxe para as estatísticas um grupo grande de jovens que antes não estava na escola. Segundo ele, a ampliação é uma melhoria na qualidade do sistema como um todo:

— Não existe contradição entre universalização e qualidade. Antes da universalização, o ensino era



Escola no interior do Maranhão: desafios atuais têm a ver, principalmente, com a distribuição dos gastos públicos

bom para as classes média e rica. Com a universalização, todas as escolas passaram a ter o mesmo padrão. Melhorou o combate à evasão e à repetência.

O esforço de universalização da educação representou a porta de entrada no ensino para uma maioria populacional que antes não era contemplada. O educador Célio da Cunha pondera que esse fator nem sempre é visível para quem já tinha o direito assegurado antes desse movimento:

— Sob o ponto de vista dos segmentos privilegiados da sociedade, a qualidade pode ter piorado, mas quem não tinha acesso teve indiscutível melhoria.

## Qualidade

Essas ponderações não significam que a qualidade da educação pública deva ser considerada aceitável. Os desafios atuais têm a ver, principalmente, com investimento. Mais especificamente, com a distribuição do gasto público no setor. A Constituição integrou os municípios à rede de educação pública, como estratégia para fazer capilarizar o ensino formal.

As prefeituras assumiram o nível fundamental, e os governos estaduais priorizariam o médio.

Para Átila Lira, isso representou um avanço organizacional em relação ao quadro anterior. Além de levar à ampliação das redes, deu espaço para o desenvolvimento de uma etapa da educação que costumava ficar à margem.

— Antes da Constituição, os estados ficavam com a responsabilidade integral do ensino fundamental, da pré-escola ao ensino médio. Isso fazia o ensino médio pouco presente no Brasil como um todo.

Para ajudar os municípios a cumprirem suas novas responsabilidades, a Carta de 1988 previu a formação de um fundo nacional a ser abastecido pelos estados e pela União. Regulamentado em lei em 1996, ele começou a funcionar como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), com prazo de dez anos.

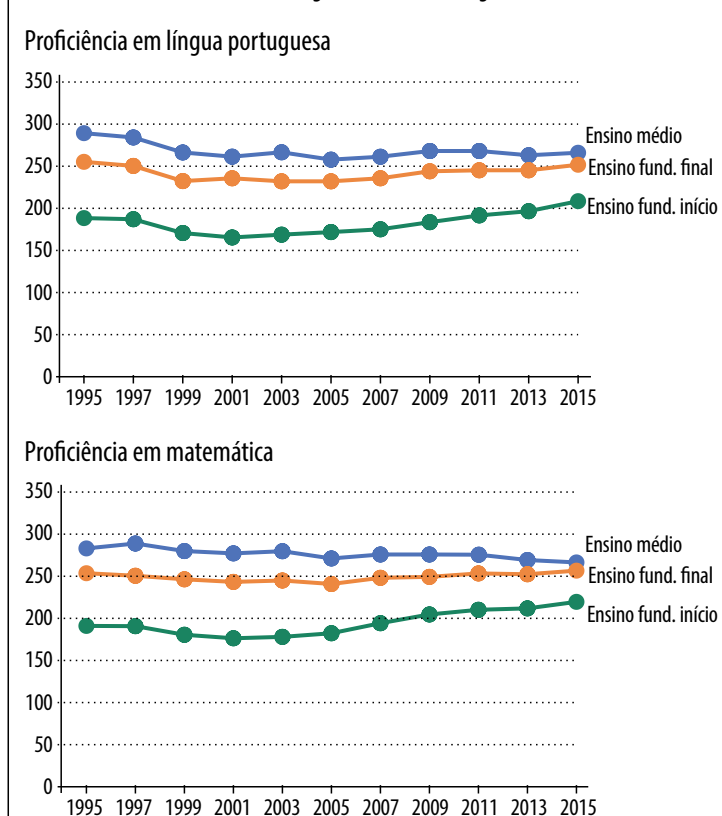
Em 2007, quando venceu, o fundo foi reformulado. A União deixou de contribuir como regra, passando a aplicar recursos

apenas nos estados que não atingissem uma cota mínima de investimento anual por estudante. As demais fontes de receita, provenientes de impostos estaduais, ganharam mais peso, e o fundo passou a cobrir também o ensino médio. Assim, ganhou o nome de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o prazo de 14 anos.

A transformação do Fundef em Fundeb representou um salto no valor investido. Além do fundo, a Constituição obrigou os entes da federação a reverterem um percentual mínimo das suas receitas para a manutenção e o desenvolvimento do ensino — 18% para a União, 25% para estados e municípios.

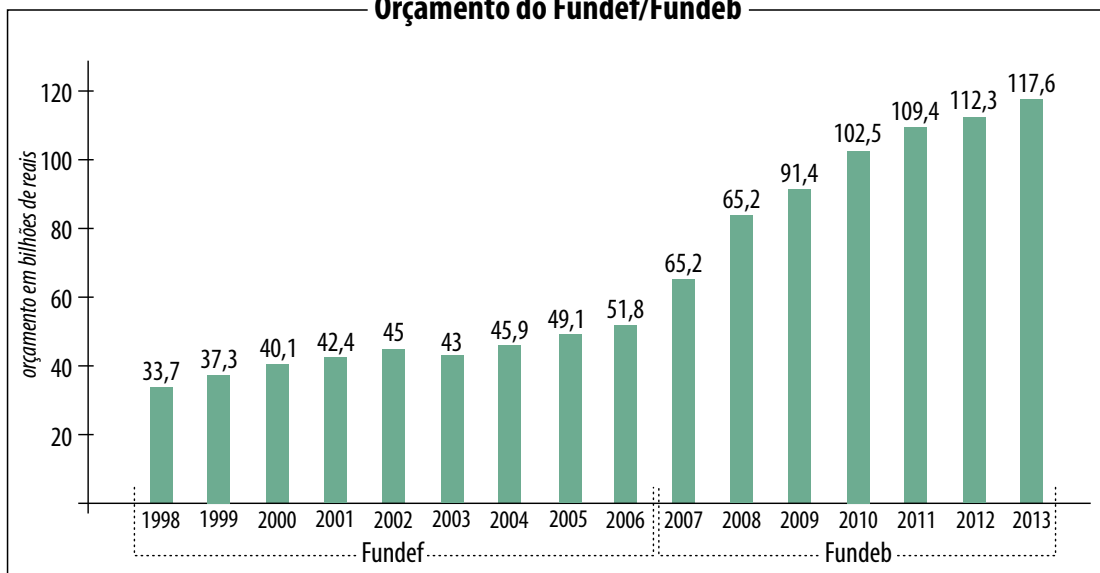
Quando combinados todos esses aportes ao longo dos anos, nota-se que o Brasil foi capaz de elevar gradualmente a fatia do seu produto interno bruto (PIB) dedicada à educação — um indicador importante, valorizado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade internacional à qual o Brasil pleiteia adesão desde 2017.

## Resultados da avaliação da educação básica (Saeb)



Fonte: Ministério da Educação (MEC) via "O MEC pós-constituição", Célio da Cunha, 2016

## Orçamento do Fundef/Fundeb



Fonte: Ministério da Educação (MEC) via "O MEC pós-constituição", Célio da Cunha, 2016



Célio Cunha (D), ao lado do senador João Capiberibe, destaca chances internacionais de financiamento para o ensino superior

# Investimento por aluno é menor do que o desejado, e municípios têm dificuldades

Representante dos secretários municipais de Educação diz que problemas com a distribuição de recursos complica a situação das prefeituras

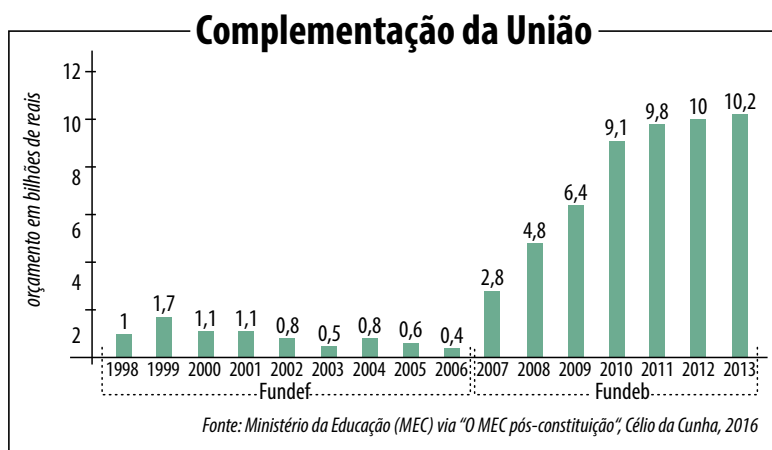
O PERCENTUAL do PIB brasileiro destinado à educação é semelhante ao de nações desenvolvidas. No entanto, devido ao fato de o país possuir mais estudantes, o investimento per capita ainda é menor que o desejado.

No atual cenário de investimentos, os municípios encontram dificuldade para cumprir suas obrigações.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, explica que as tentativas da Constituição e das leis posteriores de distribuir as competências de cada ente têm colocado as prefeituras em situação difícil.

— O município cada vez recebe mais responsabilidades, contudo a ampliação de recursos não vem na mesma proporção. Os dirigentes não têm como honrar as responsabilidades, levando à judicialização. A política colaborativa precisa ser aprimorada.

Ele sugere que a União deveria ter participação maior e mais regular no Fundeb. Em 2017, apenas nove estados receberam a complementação — os demais não tiveram



a ajuda extra, considerada fundamental. Para que isso aconteça, uma solução imediata seria elevar o custo-aluno, o que levaria mais estados a necessitarem da complementação, podendo contar assim com recursos extras. A longo prazo, uma reforma tributária seria necessária, considera.

Os municípios precisam de ajuda também com as creches. Segundo Lima, a União auxilia na construção dos estabelecimentos, mas as maiores despesas estão na manutenção. Além disso, por ser um cuidado especializado, o custo por criança atendida é maior do que o de um estudante da educação básica — apesar de o valor destinado pelo Fundeb ser o mesmo.

O presidente da Undime,

que é secretário de Educação de Alto Santo (CE), resalta que a Constituição fez certo em cobrar responsabilidades dos municípios.

— O município é o mais próximo do cidadão. Os pais batem à porta do prefeito para cobrar e é mais fácil de acioná-lo judicialmente. O problema é a distribuição [de recursos].

Rita Camata observa ainda que o aumento da renda das famílias, a partir dos anos 2000, fruto da estabilização econômica, levou a uma grande migração da classe média para o sistema privado. A atual crise econômica, porém, pode estar revertendo a tendência.

— Hoje vemos a classe média voltando para a escola pública e cobrando mais qualidade do ensino.

## Expansão do ensino superior tornou educação mais inclusiva

Também o ensino superior experimentou uma expansão significativa do número de estudantes atendidos, em especial nos anos 2000 (veja gráfico abaixo), ainda que não se possa falar em universalização do ensino superior, que tem características muito diferentes do básico. Essa expansão significou, também, maior inclusão.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior no Brasil (Andifes), cerca de 70% dos estudantes universitários vêm de famílias com renda média inferior a dois salários mínimos per capita. Para o presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Emmanuel Tourinho, hoje as universidades acolhem um número maior de alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, o que ele considera muito bom.

— Mas isso também gera uma pressão sobre o orçamento. Precisamos de um investimento maior em assistência estudantil.

A grande contribuição da Constituição para o ensino superior foi a garantia da autonomia didático-científica, administrativa, gerencial e financeira para as instituições. No entanto, a autonomia financeira nem sempre se realiza. As universidades federais, por exemplo, ainda dependem quase exclu-

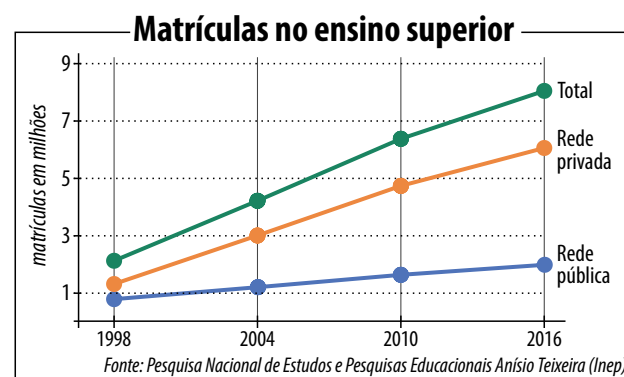
sivamente de aportes do Ministério da Educação para constituir seus orçamentos. Além disso, segundo Tourinho, quando uma universidade federal capta recursos por meio de uma parceria, seja com o setor privado ou com um ente governamental, ela não pode usá-los para investimentos.

Isso porque a universidade não pode exceder o valor previsto na sua dotação orçamentária — que é exclusivo para custeio. A verba fica retida pela União, a menos que a instituição abra mão da mesma quantia no seu repasse do Tesouro. Significaria ter que usar a verba arrecadada com o trabalho de pesquisa para despesas correntes internas.

— É ilógico e, do nosso ponto de vista, é inconstitucional. Isso tem inibido a interação da universidade com setores que precisam da expertise e limita a possibilidade de contribuir com interesse social.

A visão é compartilhada pelo professor Célio da Cunha, que vê nas restrições ao autofinanciamento um dos obstáculos para que o potencial das universidades brasileiras seja realizado à plenitude.

— Universidade que depender só do ministério não vai para frente. Há inúmeras oportunidades internacionais de busca de financiamento. Não é para substituir o poder público, é para complementar.



# Carta de 88 deu ao Estado o dever de garantir acesso às fontes de cultura

Criação de um ministério para a cultura, em 1985, deixou como legado as legislações de financiamentos de projetos

ATÉ 1985, o Ministério da Educação abrigava também as políticas públicas para a área da cultura. Foi naquele ano que o governo federal criou uma estrutura institucional à parte para o setor. O estabelecimento do Ministério da Cultura (MinC) prenunciou uma inflexão no papel do Estado brasileiro em relação às práticas culturais, passando a ser indutor delas.

A Constituição de 1967 fazia apenas referências vagas à cultura, afirmando ser dever do Estado ampará-la e proteger documentos, obras de arte, locais de valor histórico, monumentos, jazidas arqueológicas e paisagens naturais. Já a Carta de 1988 dedicou um capítulo próprio (embora pequeno) à cultura, no qual era explicitado, pela primeira vez, o dever do Estado de garantir ativamente o acesso às fontes de cultura e o exercício dos direitos culturais e de incentivar a difusão das manifestações culturais.

Para o advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Guilherme Varella, que foi secretário de Políticas Culturais do MinC em 2015 e 2016, a “autonomia conceitual” garantida pela Constituição foi um impulso importante para estabelecer um ambiente favorável à futura organização de um aparato público da cultura.

— Incumbir o governo de garantir os direitos dá um sentido robusto de política pública e exige que o aparato institucional-jurídico do Estado se estruture para dar conta disso.

Os primeiros anos de atividade do ministério deixaram como maior legado as legislações de financiamento de projetos culturais. A primeira delas, em 1986, foi o Fundo de Promoção Cultural, que concedia abatimentos do Imposto de Renda para incentivar doações, patrocínios e investimentos em favor de entidades culturais cadastradas. Ele se converteu, em 1991, no Fundo Nacional da Cultura.

No mesmo ano, a pasta patrocinou a elaboração do Plano Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), popular-



Para Varella, o capítulo dedicado à cultura ajudou a impulsionar a futura organização de um aparato público do setor

mente conhecido como Lei Rouanet (em referência ao então secretário, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet), em vigor até hoje, que também usa isenções fiscais para fortalecer a captação financeira de projetos. Varella avalia que a existência dessas iniciativas não significa que o Estado esteja cumprindo a sua função de fomentador. Para ele, a prevalência delas indica que ainda cabe fundamentalmente à iniciativa privada o sustento das

atividades culturais.

A maioria das providências tomadas para criar uma estrutura pública para a cultura no Brasil é consideravelmente posterior aos debates que deram origem à Constituição.

À parte as legislações que criaram canais de financiamento, as iniciativas mais importantes nesse sentido pertencem ao século 21. Emendas constitucionais de 2003, 2005 e 2012 criaram, respectivamente, os fundos estaduais de fomento, o Plano Nacional de Cultura — conjunto de metas e diretrizes para o setor — e o Sistema Nacional de Cultura, que articulava as instâncias de execução das políticas públicas.

Essas previsões foram concretizadas de forma incompleta ao longo do tempo — o plano foi regulamentado apenas em 2010, e o sistema ainda aguarda normatização específica. Varella explica que faltam etapas fundamentais — como a atribuição de competências específicas aos entes da Federação, as orientações para a distribuição de recursos e a integração da gestão — cujo vácuo impede a capilarização das políticas públicas

pelo país e deixa o setor institucionalmente frágil.

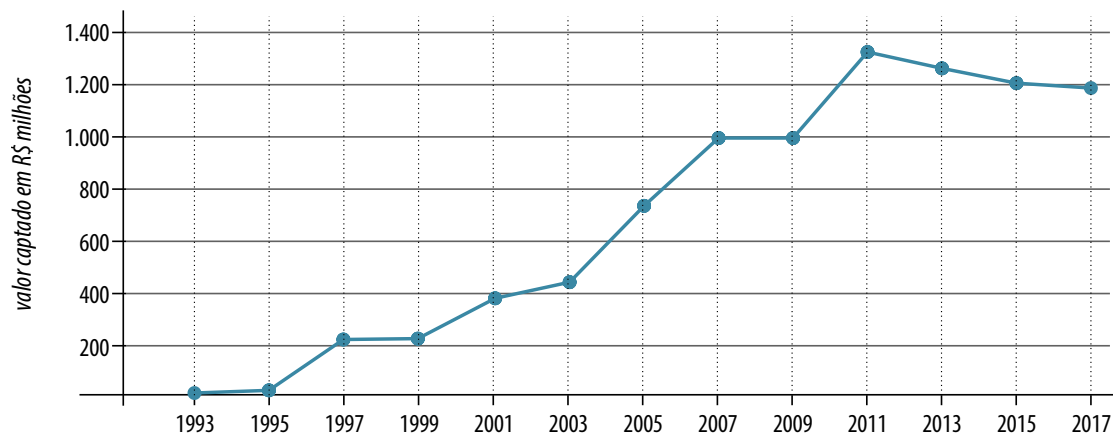
— Constitucionalizar uma política pública não é garantia de efetividade.

Apesar dessas insuficiências, a luz própria que a cultura ganhou no enunciado da Constituição tem seu valor. Isso pôde ser visto, por exemplo, nas duas ocasiões em que o MinC teve seu status reduzido: em 1990, quando o então presidente Fernando Collor converteu-o em uma secretaria especial vinculada ao Palácio do Planalto, e em 2016, quando o presidente Michel Temer extinguiu a pasta. Em ambos os casos houve reação das categorias atuantes no setor, fortalecida pela garantia constitucional da presença do Estado, e o ministério foi restabelecido.

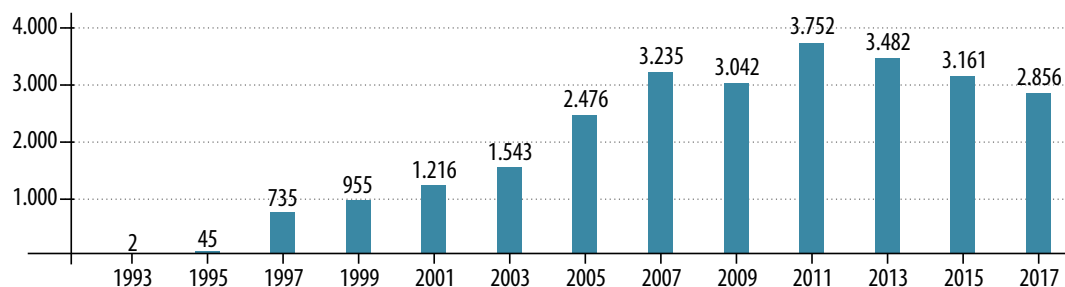
Esse “papel catalisador” da Constituição, segundo Varella, também contribuiu para elevar os direitos culturais ao patamar de outras garantias cívicas. Um exemplo são os festejos de Carnaval, que fecham ruas, mas não podem ser considerados afrontas à liberdade de ir e vir, uma vez que os direitos à cultura e de transitar estão igualmente balizados na Constituição.

## Captção de recursos pela Lei Rouanet

Valor captado



Número de projetos



### JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal  
CEP 70.165-920, Brasília - DF  
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br  
Twitter: @SenadoFederal  
facebook.com/SenadoFederal  
Telefone: 0800 61 2211

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão  
Coordenadora-geral:  
Ana Lucia Romero Novelli  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria  
Coordenador-geral: Silvio Burle  
Serviço de Arte: Bruno Bazílio  
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

### 30 ANOS - CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem e edição: Guilherme Oliveira e Juliana Steck  
Coordenação: Nelson Oliveira  
Diagramação/Arte: Alberto Alvim e Diego Jimenez  
Pesquisa de fotos: Braz Felix  
Revisão: Maurício Muller